



Processo nº 13116.001377/2008-96
Recurso Embargos
Acórdão nº 1402-004.872 – 1^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de 16 de julho de 2020
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2007

OBSCURIDADE OU OMISSÃO. ERRO DE GRAFIA. SANEAMENTO.

Acolhem-se os embargos de declaração para, sem efeitos infringentes, afastar a obscuridade apontada, dando nova redação ao voto na parte em que constou incorretamente o período de 2017, quando corretamente deveria constar o ano de 2007.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento aos embargos para, sem efeitos infringentes, sanar a omissão ou obscuridade apontadas.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marco Rogério Borges, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Wilson Kazumi Nakayama (suplente convocado), Paula Santos de Abreu, Luciano Bernart e Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

Relatório

Trata-se de analisar embargos de declaração opositos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (fls. 405/406), acolhidos como “Embargos Inominados” em sede de exame de admissibilidade realizado em 09 de março de 2020 (fls. 410/41165) contra o Acórdão nº 1402-004.122, de 16 de outubro de 2019, desta 2^a Turma 4^a Câmara 1^a Sejul (fls. 389/403), assim entendido:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

ANO-CALENDÁRIO:2007

DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA.

Incumbe ao sujeito passivo a demonstração, acompanhada de provas hábeis e idôneas, da composição e existência do crédito que alega possuir junto à Fazenda Nacional para que sejam aferidas sua liquidez e certeza pela autoridade administrativa, na forma do que dispõe o artigo 170 do CTN.

Desincumbindo-se a recorrente, por meio de documentos hábeis e registros contábeis, do ônus de comprovar o direito creditório alegado, cabe o provimento do recurso voluntário.

Direito creditório que se reconhece.

Com o seguinte dispositivo do acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário ofertado pela recorrente para reconhecer os indébitos de R\$ 242.130,41 e R\$ 89.500,50 a título de IRPJ e de CSLLI, respectivamente, e homologar as compensações discutidas nestes autos, até o limite do direito creditório aqui reconhecido.

Segundo a embargante (fls. 405/406):

“UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), vem, mui respeitosamente por intermédio do seu procurador infra-assinado, interpor os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

em face de OBSCURIDADE verificada no v. acórdão proferido pela Egrégia 2^a Turma Ordinária da 4^a Câmara da 1^a Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos que se seguem.

1. O v. acórdão ora embargado traz o seguinte trecho, verbis:

*Nesse instante, é lícito presumir que, pela urgência com que deveriam ser apurados os valores remanescentes do ano de 2006 (**recolhimento em janeiro 2017**), que a apuração preliminar realizada (conforme visto na planilha juntada pela recorrente e já reproduzida neste voto - fls. 187) a*

contribuinte, inadvertidamente, tenha tomado o valor de R\$ 994.450,00 e o incluído na base de cálculo do IRPJ e da CSL e só depois, em junho de 2007, quando da elaboração da DIPJ, é que tal equívoco veio à tona. A esse respeito, a recorrente alertava em seu RV (fls. 121).

2. Conforme se depreende pelo trecho sublinhado acima, temos a OBSCURIDADE, ao fazer menção ao mês JANEIRO DE 2017. Aparentemente, o correto seria 2007.

3. Diante do exposto, a União (Fazenda Nacional) requer sejam conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, a fim de extirpar a OBSCURIDADE apontada”.

Por seu lado, o despacho de admissibilidade prévia dos ED (fls. 410/411), discorreu:

“Em que pese haver nos embargos opostos menção a Embargos de Declaração, a partir da leitura das alegações do Procurador da Fazenda, verifica-se que seu conteúdo material assemelha-se ao de **Embargos Inominados**.

Aduz a Fazenda a ocorrência de possível erro na menção ao ano de recolhimento de valor correspondente a direito creditório utilizado em DCOMP. Nesse sentido, assim argumenta:

(...)

Diante do exposto e compulsando os autos, verifica-se que assiste razão à Fazenda.

Isso porque, em que pese restar claro a partir das DCOMP apreciadas, bem como do recurso voluntário interposto, que se trata de direito creditório relativo a recolhimento efetuado em janeiro de 2007, no que se refere à decisão embargada, tem-se que está incorreta a única menção à data do recolhimento alegadamente efetuado em valor maior do que o devido.

Por conseguinte, e com fulcro no art. 66, do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (RICARF), **ACOLHO os embargos inominados**, devendo ocorrer a prolação de novo acórdão para a correção do erro de escrita e oportuna inclusão em pauta de julgamento”.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Paulo Mateus Ciccone – Relator

Compulsando os autos, vejo que razão cabe à embargante.

De fato, embora a leitura do voto e de TODAS as menções referentes a períodos nele feitas (exceto a suscitada nos ED) apontem estar-se diante de fatos relativos a 2007, inequívoco que, no trecho citado pela embargante, constou equivocadamente o ano-calendário de 2017.

Nesse sentido, retifica-se referido excerto do voto, que deverá constar da forma seguinte (fls. 400, do Ac: embargado):

*“Nesse instante, é lícito presumir que, pela urgência com que deveriam ser apurados os valores remanescentes do ano de 2006 (**RECOLHIMENTO EM JANEIRO 2007**), que a apuração preliminar realizada (conforme visto na planilha juntada pela recorrente e já reproduzida neste voto - fls. 187) a contribuinte, inadvertidamente, tenha tomado o valor de R\$ 994.450,00 e o incluído na base de cálculo do IRPJ e da CSLL e só depois, em junho de 2007, quando da elaboração da DIPJ, é que tal equívoco veio à tona. A esse respeito, a recorrente alertava em seu RV (fls. 121)”.*

Para melhor visualização, demonstra-se a situação antes e após acolhimento dos ED:

<u>REDAÇÃO ORIGINAL</u> <u>NO ACÓRDÃO EMBARGADO</u>	<u>NOVA REDAÇÃO</u> <u>APÓS O ACOLHIMENTO DOS ED</u>
Nesse instante, é lícito presumir que, pela urgência com que deveriam ser apurados os valores remanescentes do ano de 2006 (<i>recolhimento em janeiro 2017</i>), que a apuração preliminar realizada (conforme visto na planilha juntada pela recorrente e já reproduzida neste voto - fls. 187) a contribuinte, inadvertidamente, tenha tomado o valor de R\$ 994.450,00 e o incluído na base de cálculo do IRPJ e da CSLL e só depois, em junho de 2007, quando da elaboração da DIPJ, é que tal equívoco veio à tona. A esse respeito, a recorrente alertava em seu RV (fls. 121).	Nesse instante, é lícito presumir que, pela urgência com que deveriam ser apurados os valores remanescentes do ano de 2006 (RECOLHIMENTO EM JANEIRO 2007), que a apuração preliminar realizada (conforme visto na planilha juntada pela recorrente e já reproduzida neste voto - fls. 187) a contribuinte, inadvertidamente, tenha tomado o valor de R\$ 994.450,00 e o incluído na base de cálculo do IRPJ e da CSLL e só depois, em junho de 2007, quando da elaboração da DIPJ, é que tal equívoco veio à tona. A esse respeito, a recorrente alertava em seu RV (fls. 121)

No mais, superada a omissão/obscureza apontadas e inexistindo quaisquer outras, **ratifica-se integralmente** o acórdão objeto dos embargos.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone